

A IDEOLOGIA DA EQUIPE ECONÔMICA DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

THE INSTRUMENTAL RATIONALITY OF ECONOMIC TEAM OF FERNANDO HENRIQUE CARDOSO GOVERNMENT

Mônica Soares Botelho Padilha*

Resumo: O artigo analisa a ideologia da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, que orientou sua ação por uma racionalidade instrumental. Foi feita uma análise comparativa com as equipes econômicas dos governos anteriores, mostrando que a equipe do governo Cardoso abandonou o modelo desenvolvimentista para retomar o modelo clássico liberal. No entanto, o neoliberalismo da equipe de Cardoso não entende o mercado como um meio para se promover o desenvolvimento econômico e social. Herdeiros da geração pós Consenso de Washington, vêem o mercado como um fim em si. A relação que esses economistas estabeleceram com o mercado é quase religiosa, porque nele depositaram total confiança. Para estes economistas, era como se o mercado fosse uma entidade superior que naturalmente resolveria os problemas econômicos e sociais. Sob esse pretexto, colocaram em prática no país políticas típicas do neoliberalismo, que prevêm o dismantelamento do Estado e das grandes conquistas políticas e sociais. Na verdade, essa idolatria em relação mercado configura a irracionalidade desses economistas que defendem explicitamente os interesses de um segmento da classe dominante, a saber, a burguesia financeira internacional. O que leva à conclusão de que não houve autonomia da equipe para elaborar as políticas econômicas do governo, porque seguem as receitas dos organismos internacionais. A autonomia só se estabeleceu em relação às classes trabalhadoras, que não participaram de qualquer negociação que lhes dizem respeito.

Palavras-chave: Racionalidade instrumental. Política econômica. Governo Fernando Henrique Cardoso. Neoliberalismo. Ideologia.

Abstract: The article analyses the ideology of the economic policy makers of the government Cardoso, who orientated their action for an “instrumental rationality”. A comparative analysis was done with the economic team of the previous governments, showing that the economists of the government Cardoso abandoned the “desenvolvimentista” model to retake the classic liberal model. However, the neoliberalism of the economists of government Cardoso does not understand the market like a way in order that the economical and social development is promoted. Heirs of the generation post Consensus of Washington, they see the market like the objective itself to be reached. The relation what these economists established with the market is almost religious, because in market they deposited total confidence. For these economists, the market was a superior entity that naturally would resolve the economical and social problems. Under this pretext, they adopted in Brazil the

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Sociologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutoranda pela PUC-SP. E-mail: monicapadilha@gmail.com

neoliberalism politics, which predict the destruction of the State and of the great political and social conquests. In fact, this idolatry of market shapes the irrationality of these economists who defend explicitly the interests of a segment of the dominant class, like the financial international bourgeoisie. We conclude that there was no autonomy of the team to prepare the economical politics of the government, because they follow the receipts of the international organisms. They were autonomous only regarding the hard-working classes, which did not participate of any negotiation in his interest itself.

Keywords: Instrumental Rationality. Economical Politics. Government Fernando Henrique Cardoso. Neoliberalism; Ideology.

Introdução

A proposta deste artigo é mostrar que a equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso baseou-se em uma racionalidade instrumental, que se pretende neutra, mas defende claramente os interesses do capitalismo ao aderir às teses neoliberais. Embora a equipe tenha sempre defendido a classe dominante, muitas vezes toma medidas contrárias aos interesses do empresariado nacional, o que evidenciou o alto grau de corporativismo deste segmento burocrático, além do seu claro vínculo com a burguesia financeira internacional.

Resgataremos, de início, o conceito de racionalidade instrumental e como ele se institucionalizou com o processo de burocratização nas sociedades modernas. Veremos o processo histórico de expansão da racionalidade instrumental no pensamento econômico sob as vertentes que aceitam o modo de produção capitalista, ou seja, o liberalismo de Locke e de Smith, o keynesianismo e o neoliberalismo de Friedman e Hayek, até chegarmos ao neoliberalismo do “Consenso de Washington” nos anos 90. Neste período, evidencia-se o reavivamento da racionalidade instrumental com a globalização da economia e com a queda do socialismo na Europa Oriental.

Essa passagem é nítida comparando-se as teorias liberais de Adam Smith com as dos defensores do chamado “Consenso de Washington. A defesa do mercado por Smith inseria-se num processo político social mais amplo, tendo como objetivo último o bem-estar da sociedade. O mercado era visto como um meio para atingir este fim.

Já para os neoliberais herdeiros de Friedman e Hayek há uma defesa do mercado pelo mercado. O que era um meio tornou-se um fim em si mesmo. O mercado é tido como algo benéfico para toda a sociedade, ocultando-se o interesse da burguesia. A neutralidade se insere no discurso e na teoria dos economistas, mascarando os

elementos políticos e ideológicos.

Assmann e Hinkelamert evidenciam que a “idolatria do mercado” não sustenta a neutralidade pretendida. O que ocorre é um desvirtuamento da economia, que será instrumento de defesa do capitalismo. Uma defesa que deixou de ser pela manutenção do modo de produção como meio capaz de satisfazer a humanidade. A defesa do mercado tornou-se uma nova religião.

No Brasil, a economia acadêmica nasceu fortemente dominada pela racionalidade instrumental. As primeiras universidades foram criadas para preencher os quadros burocráticos do Estado em construção nos anos 30. Sob forte influência do exterior, a economia acadêmica subdividiu-se em três correntes: estruturalista, liberal e marxista.

Nos governos populistas dos anos 50 e 60, que gozava de apoio das massas, e sob a ditadura militar, fortemente intervencionista, que durou de 1964 a 1985, predominou a linha estruturalista.

O ideário liberal retorna nos anos 90 sob o governo Collor e se aprofunda com o governo Cardoso. A análise das diferenças entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo vai mostrar que houve um acirramento da racionalidade instrumental utilizada por economistas neoliberais.

A racionalidade instrumental

A economia neoliberal deixa de se guiar por uma racionalidade objetiva para adotar uma racionalidade subjetivada. Só entenderemos este processo se esmiuçando conceito. Adorno e Horkheimer resgatam a distinção weberiana entre racionalidade funcional, marcada pelo cálculo e pelos valores de mercado, e substancial, que faz referência aos valores éticos classificando-as, respectivamente, de razão subjetiva, denominada também de instrumental ou técnica, e razão objetiva.

Salientam que esta última está sendo corroída pela primeira, uma vez que os indivíduos adotam cada vez mais uma razão vinculada a interesses particulares, individuais, ressaltados pelo individualismo burguês. Na medida em que a razão subjetiva se sobrepõe à razão objetiva, esta última é obscurecida pela primeira. As duas razões não são excludentes e incompatíveis, mas facetas de uma racionalidade global.

A sociedade capitalista é que permite a preponderância da razão instrumental sobre a razão objetiva, na medida em que sua ideologia desqualifica tudo aquilo que não estiver vinculado a este tipo de racionalidade.

A ideologia pregada pelo Iluminismo retira a cultura, os valores, o mito, as artes, a religião do conceito de razão, do processo de pensar, e sua interferência no campo prático. A alegação é que essas dimensões filosóficas não passam de especulações, são carentes de objetividade e, num certo sentido, são superstições.

O processo de instrumentalização da razão decorre basicamente do esvaziamento deste conceito. Se antes o conceito de razão era rico em sua significação, na sociedade contemporânea, ele se tornou vazio de conteúdo. O processo de instrumentalização da razão resultou numa desumanização do pensamento. O Iluminismo se encarregou desse processo ao defender novos valores, tendo a razão como elemento fundamental de guia para as ações dos homens, mas uma razão que não mais se vinculasse a elementos morais e éticos. Os fatores emocionais, intelectuais, religiosos, éticos e mitológicos, para o Iluminismo, pertencem a categorias subjetivas.

Portanto, a razão deve se afastar deles, de modo a atingir um nível perfeito de racionalidade, que se aproxime ao máximo da verdade. A verdade deixa de se relacionar com questões políticas e morais, passa a ser um conceito que se define de forma avaliativa.

Ocorre que, se ao remover as crenças, a ética, a moral e a política do conceito de razão, a razão perdeu seu caráter objetivo. A objetividade da razão depende desses elementos. Do contrário, quando um indivíduo for tomar uma decisão recorrendo à razão, esta razão estará esvaziada e será incapaz de ser um referencial na vida dos indivíduos em sociedade. Uma razão vazia de conteúdo moral será apenas uma casca, um invólucro e seu conteúdo será preenchido de acordo com os interesses que estiverem em jogo. Deste modo, a razão estará a serviço de quem quer que seja.

Há uma separação da razão subjetiva da razão objetiva. Sendo que ambas deveriam caminhar juntas. É nesse processo de reificação da razão que a razão subjetiva passa a predominar sobre a razão objetiva. Uma atitude é racional se ela tiver em vista a autopreservação, enfim, a conquista de bens materiais. Assim sendo, a razão se torna um instrumento para um fim último, deixando de ser uma referência em si mesma.

Do mesmo modo que a razão instrumentalizada está a serviço de qualquer ideologia, a ciência moderna também poderá ser guiada por valores aleatórios. Ela pode direcionar pesquisas para um governo democrático, como servir a um regime nazista. Ocorre que essa ciência, aparentemente neutralizada, é apropriada pelo capitalismo, que transforma a ciência em força produtiva.

Os valores criados pelo sistema capitalista vinculam a ciência e a técnica ao progresso. Estas são orientadas, portanto, por estes valores racionais do ponto de vista do capital. São uma ciência e uma técnica aparentemente desprovidas de valor, mas que possuem um vínculo com o sistema, encarnando e reforçando sua ideologia.

Marcuse foi um dos primeiros a denunciar a apropriação da ciência e da técnica pelo capitalismo, contestando a tese de neutralidade científica: "*Uma ciência que se declara 'neutra' e 'incompetente' para decidir o que deve ser, favorece os poderes sociais que determinam tranqüilamente o que deve ser (e o que é)*".¹ Essa postura neutra, portanto, vem favorecer aqueles que detêm o poder político, porque não se questiona a quem esta burocracia ou este conhecimento científico está a serviço.

Como bem observa Boaventura, a racionalidade instrumental da ciência também tem sua parcela de "culpa" no não cumprimento das promessas da modernidade e precisa ser questionada. A ciência cumpriu excessivamente sua promessa no tocante ao compromisso com o desenvolvimento científico-tecnológico, apresentando sua faceta irracional.

O liberalismo ontem e hoje

O desenvolvimento do capitalismo e a ideologia liberal de livre mercado foram os motores propulsores para a concretização e difusão da razão instrumental. A ideologia liberal traz consigo uma visão individualista marcada por uma racionalidade subjetivada. Da mesma forma, a razão instrumental reforça a ideologia liberal e vice-versa.

As origens do individualismo e da racionalidade instrumental coincidem com o surgimento do Estado Moderno na Europa. Já no século XVII, John Locke foi um dos primeiros a defender a liberdade de mercado ao se opor ao poder limitador do Estado. Portanto, a raiz do individualismo burguês está presente em sua obra.

O pensamento econômico liberal, a princípio, não se confundia com o neoliberalismo, apesar de muitos autores defenderem o sistema de mercado. Para os pais do liberalismo no século XVIII a importância do mercado era política e moral e

¹ MARCUSE, s. d.

não apenas econômica. De fato, segundo Albert Hirschman², historicamente, as primeiras defesas em favor do mercado foram no sentido de limitar o despotismo dos soberanos, além de criar substitutos morais para conter as paixões, papel antes desempenhado pela Igreja.

Adam Smith avaliava positivamente o mercado, não como um fim em si mesmo, mas como agente de uma melhoria do desempenho econômico, (devido à especialização do trabalho); e civilizador (estimula as trocas entre os homens, gera a virtude da responsabilidade social, torna os homens racionais).

Adam Smith, apesar de grande defensor do liberalismo e, evidentemente do sistema capitalista, ainda tinha como objetivo último o bem-estar da humanidade. O capitalismo seria um meio para se atingir um fim desejado por todos.

No início do século XX, o capitalismo começa a dar sinais de crise. Já em 1930, o Estado surge como grande regulador do mercado para superar a crise e assegurar sua reprodução. Surge o Estado de Bem-Estar Social, que vai proteger os contribuintes das incertezas do capitalismo de mercado. John Keynes foi um dos principais teóricos da intervenção estatal na economia. O economista tenta explicar os problemas do desemprego se afastando das teorias ortodoxas.

Sempre que o Estado se fortalece, ele inibe o poder do mercado, favorecendo aqueles que não possuem as mesmas condições para travar a luta dentro do sistema capitalista. É evidente que o sistema capitalista continuou imperando, mas houve uma repressão temporária dos valores de mercado.

Assim sendo, o Estado faz uma mediação entre a racionalidade instrumental e objetiva. Instrumental porque é um Estado capitalista, mas, por outro lado, atende demandas sociais se opondo, em última instância, a essa racionalidade.

Segundo Boaventura, esse dualismo entre Estado e mercado, contém contradições inerentes às relações entre política e economia, que existem desde os primórdios do capitalismo. Esta é a grande tensão entre economia e política, que tem em vista a preservação do Estado-Nação. Os governos que adotam o protecionismo econômico buscam amortecer os efeitos negativos do capitalismo e são potencialmente nacionalistas. Ele entra em choque com o capitalismo e coloca em risco sua sobrevivência.

² HIRSCHMAN, 1979.

Tendo esse risco em vista, o neoliberalismo ressurgiu como crítica ao Estado intervencionista que tomou força com o keynesianismo. O neoliberalismo surgiu depois da II Guerra Mundial. O seu marco é "O Caminho da Servidão", de Friedrich Hayek, de 1944. Hayek uniu-se a intelectuais que compartilhavam de sua ideologia como Milton Friedman, Michael Polanyi e Karl Popper.

As teorias econômicas de Hayek e Friedman são um marco na vinculação entre economia e neoliberalismo. Eles foram os grandes mentores do Consenso de Washington. Suas teses demonstram claramente que a teoria econômica neoliberal passa a ser instrumento de defesa do capitalismo.

A partir dos anos 70, o Estado de Bem-Estar Social entra em crise, por diversas razões. Essa crise provocou um recuo do Estado na economia. A queda do Muro de Berlim, em 1989, foi um grande marco para o liberalismo, coroamento da pregação da morte do comunismo enquanto sistema econômico e enquanto ideologia.

A ideologia neoliberal se fortaleceu com o chamado "Consenso de Washington" no início da década de 90. Essa política foi ditada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional aos estados em desenvolvimento. O ideário neoliberal não tem sido difundido apenas enquanto ideologia, mas também por meio de práticas concretas de governos. A ênfase dada por seus respectivos governos foi a consolidação do capitalismo.

Comparando-se as teorias liberais de Adam Smith com as dos defensores do chamado "Consenso de Washington", vemos como a racionalidade instrumental se revigorou com a globalização da economia e com a queda do socialismo na Europa Oriental. A defesa do mercado por Smith inseria-se num processo político social mais amplo, tendo como objetivo último o bem-estar da sociedade. O mercado era visto como um meio para atingir este fim. Já para os neoliberais herdeiros de Friedman e Hayek há uma defesa do mercado pelo mercado. O que era um meio tornou-se um fim em si mesmo.

A emergência dos técnicos neoliberais no Brasil

A valorização dos técnicos no Brasil se deu nos anos 30 no contexto da criação do Estado desenvolvimentista brasileiro. De acordo com levantamento feito por Angela Gomes, durante o período do Império e da Primeira República, os homens públicos brasileiros eram os políticos provenientes dos cursos jurídicos.

A erudição dos homens públicos de formação humanista vai sendo considerada insuficiente para resolver os problemas da nação. A modernização do país, para ser acelerada, dependia agora de homens com um tipo de formação mais técnica, para atender as novas funções do Estado. O governo de Getúlio Vargas foi fortemente influenciado por esta ideologia ao se encarregar de organizar a sociedade e fortalecer o aparelho estatal.

Esse novo caráter do Estado exige um novo tipo de profissional público, o técnico. Somente o técnico será capaz de modernizar o Estado, tendo a partir de então o novo papel de Estado planejador. A formação do Estado no Brasil contribuiu para a emergência de uma nova elite, não mais política, mas agora burocrática. Esses técnicos ficarão encarregados de implementar a política desenvolvimentista do Estado Novo, visando alavancar o capitalismo industrial no Brasil.

Assim, é no Estado Novo que vão se organizar as primeiras universidades que vão oferecer cursos da área de economia, finanças, contabilidade e administração de empresas. Os programas dos cursos, financiados pelo Estado e por empresários interessados na modernização desse Estado e no desenvolvimento do capitalismo, já surgem dirigidos para o atendimento dos interesses técnicos e burocráticos.

Conforme estudo de Marly da Motta, Gustavo Capanema, ministro da Educação do governo Vargas, participou ativamente da estrutura curricular da Faculdade Nacional de Política e Economia, criada em 1937.

No momento em que os economistas começam a assumir postos-chave no Estado, as exigências burocráticas do Estado assumem essa racionalidade técnica econômica.

O pensamento monetarista surge como oposição à política desenvolvimentista de Vargas, questionando o centralismo estatal e sua intervenção na economia, criando certa "dissidência" dentro da teoria econômica. O pensamento liberal brasileiro teve sob seu comando o economista Eugênio Gudin, que rejeitava políticas protecionistas e de planejamento, preocupando-se fundamentalmente com a estabilidade monetária.

Os governos populistas posteriores a Vargas (Kubitschek, Goulart e Quadros) seguiram a linha estruturalista de intervenção estatal na economia, sob o apoio das massas. Neste caso, o Estado ainda concedia garantias trabalhistas, não deixando os trabalhadores à mercê das vicissitudes do mercado.

Os governos militares, extremamente autoritários, mantiveram o controle sobre o mercado, sob um novo modelo de desenvolvimento, baseado na estatização, aumento da entrada de capital estrangeiro do endividamento externo. A legislação trabalhista manteve-se praticamente intacta.

Vemos então que a racionalidade técnica está presente no pensamento estruturalista porque não se opõe ao desenvolvimento do capitalismo, nem à lógica de sua estrutura de classes. A ideologia desenvolvimentista adotada a partir do Estado Novo defende o capitalismo, mas se opõe ao neoliberalismo.

O neoliberalismo do governo FHC e sua idolatria do mercado

No neoliberalismo que se inicia com o governo Fernando Collor de Mello e se aprofunda com o governo Fernando Henrique Cardoso, a linha monetarista passa a imperar nas equipes econômicas. A autonomia da equipe econômica nesse período apresenta nova configuração. Esta autonomia mascara seu alto grau de politização. Ela contrasta com o que ocorria nos governos desenvolvimentistas, quando a politização era mais perceptível.

Analisando artigos e entrevistas dos então economistas da equipe do governo Cardoso (Antonio Kandir, Gustavo Franco, Pécio Arida, Pedro Malan, Francisco Lopes, Luiz Carlos Mendonça de Barros, André Lara Resende e Gustavo Loyola), percebe-se o quanto procuraram ter uma linguagem neutra, embora a defesa dos interesses da classe dominante estivesse sempre presente. Essa abordagem nos remete à discussão inicial sobre a impossibilidade de haver neutralidade na ciência e como a ciência econômica se transformou em instrumento da ordem capitalista.

Os elementos que mais caracterizaram a equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso como neoliberal foram a sua idolatria do mercado, a constante desqualificação e satanização do Estado e de seus opositores, a defesa em favor das privatizações das estatais brasileiras e a importância exagerada que dão à moeda, que corporifica o mercado. Assim, através de uma análise comparativa entre discurso e prática dos economistas da equipe econômica de Cardoso, foi possível apreender que recorrem a uma racionalidade instrumental, que permite um posicionamento em favor do capitalismo e das classes dominantes.

Em situações diversas, os economistas garantem se distanciar politicamente das questões, para logo em seguida fazerem declarações políticas mascaradas com argumentos técnicos. Essa aparente neutralidade é identificada como autonomia em

relação às pressões políticas. No entanto, essa autonomia se estabelece somente com as classes dominadas, pois há um alto grau de dependência em relação às classes dominantes.

Hugo Assmann e Franz Hinkelammert mostram como essa defesa do mercado pelos economistas neoliberais se apresenta como uma nova religião. Os autores estabelecem um paralelo entre economia e teologia. Os economistas neoliberais, ao justificarem seus planos e teorias apelam para pressupostos teológicos, apesar de jamais admitirem tal fato. Os economistas que mais recorrem aos pressupostos religiosos são os que mais concebem suas teorias como neutras, técnicas, científicas e, portanto, valores religiosos não teriam lugar.

Aqueles que rejeitam estas "leis naturais" não são respeitados por estes economistas. São desqualificados enquanto cientistas por apresentarem teoremas alternativos não baseados em esquemas matemáticos, os únicos confiáveis e preciso porque avalorativos.

Objetiva-se negar utopias, messianismo, estatismo e intervencionismos, mediante a destruição moral do adversário, acusando-os de agirem contra a verdade e serem "populistas".

Os economistas da equipe econômica de FHC sempre procuraram vincular a oposição com o misticismo ou populismo. Novamente recorreremos a Horkheimer. Os economistas neoliberais introduzem o misticismo na racionalidade objetiva da oposição, porque tanto o misticismo, quanto o populismo possuem elementos subjetivos. E por este caminho, os economistas neoliberais procuram desqualificar seus adversários.

Inúmeras vezes os condutores da economia de Cardoso rejeitaram a liberação de verbas para o social, tese tão defendida pela oposição na ocasião. Seus argumentos se voltavam para classificar tal medida como irracional, populista e corporativista, por ter em vista aspectos técnicos: os números falavam por si só. Entretanto, a liberação de verbas para a classe dominante sempre foi matematicamente justificada.

A defesa desses economistas em favor das privatizações também teve em vista uma perspectiva neoliberal, já que nunca houve uma preocupação destes burocratas com a questão da soberania nacional. O mercado não tem fronteiras para os neoliberais. Aliás, fronteiras são até barreiras para a sua expansão.

A lógica capitalista busca sempre mais mercados para poder sobreviver, passando por cima de culturas, políticas, diferenças regionais, que são massacradas em

nome da perpetuação do capital. A expansão do capital gera inevitavelmente a exclusão, com dissemos no início do trabalho. A expansão faz parte de sua lógica, porque o crescimento capitalista produz a concentração de renda e não sua distribuição.

A idolatria também se manifesta na defesa intensa dos economistas neoliberais em torno da estabilidade, que acaba tornando-se uma obsessão. A crença na importância da saúde da economia acaba por colocar em segundo plano os problemas sociais. Uma fé cega que impede esses economistas de enxergarem a solução de problemas sociais sem que seja por meio da estabilidade econômica. Deste modo, a preocupação com os números, essa matematização de situações de caráter complexo, torna-se um fim em si mesma.

A crença no mercado faz com que esqueçam que a saúde da economia é um meio de se resolver as mazelas sociais. Assim sendo, os problemas sociais é que acabam prejudicando a economia e não o contrário. É a saúde do mercado pelo mercado. Isso é visível quando os economistas se aborrecem com qualquer sugestão heterodoxa, que interfira nas matemáticas preestabelecidas.

A taxa de crescimento do PIB, por exemplo, acaba sendo o grande termômetro da situação geral do país. Todavia, conforme argumenta Celso Furtado, o PIB é um conceito muito ambíguo, porque omite vários elementos. O autor admite sua importância, mas trata-se de conhecer a sua exata significação. Diz ele: "Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, e o dos solos e florestas?" Por que ignorar que o aumento do PIB é acompanhado de uma queda no nível de emprego? Por que esquecer que o crescimento do PIB também gera um aumento da concentração de renda, criando mais privilégios? Portanto, a saúde da economia não significa necessariamente que haja saúde no social.

O conceito de modernidade para os técnicos de FHC não é concebido no sentido frankfurtiano, no qual a modernidade implica o fim das desigualdades, das injustiças, das condições subumanas de grande parcela da população.

Para a equipe econômica de Cardoso, a modernidade sempre foi para os incluídos, que terão garantido o acesso a mais tecnologias e conforto. A modernidade nunca foi entendida como a necessidade de se buscar a inclusão dos setores expropriados.

O sacrifício provisório é mais um dos aspectos religiosos dos economistas

neoliberais na defesa do mercado apontados por Hinkelamert e Assman.³ Os problemas sociais são como uma tentação. Os planos de estabilização são quase como um momento de purificação para aqueles que concordam com ele. As pessoas ficam desempregadas, com salários baixos, sem direitos trabalhistas, sob recessão, mas serão recompensadas futuramente. Esse é o sacrifício provisório das classes trabalhadoras.

Haverá, a longo prazo, uma melhoria em suas vidas se aderirem a essa profissão de fé. Mesmo que essa recompensa seja apenas o controle da inflação. Para a classe dominante, religiosidade é a idolatria do mercado, para os dominados, é o sacrifício provisório, apesar de este sacrifício aparecer como se fosse para todos.

Seguindo a “cartilha” do sacrifício provisório, os economistas neoliberais de Cardoso justificam tecnicamente a necessidade de não se aumentar salários, não se realizar a reforma agrária, demitir funcionários públicos, gerar desemprego e flexibilizar as regras trabalhistas.

O sacrifício provisório das classes trabalhadoras será aceitar o arrocho salarial, o adiamento da reforma agrária, as perdas das garantias trabalhistas com o aumento do mercado informal decorrente do desemprego, e a ameaça de suspensão dos benefícios da Previdência Social, feita na ocasião.

Mediante a utilização de números, esses técnicos argumentavam insistentemente que o Estado estava falido, e que a legislação trabalhista chegava a prejudicar o próprio trabalhador por causar desemprego.

Celso Furtado entende que os custos dos sacrifícios não são hegemônicos para todas as classes. O autor exemplifica: "quando me privo de uma segunda garrafa de vinho, subtraio cinquenta cruzeiros ao consumo, os quais podem ser utilizados para investimento; quando um trabalhador manual é obrigado a reduzir a sua ração de pão pode estar comprimindo o nível de calorias que absorve abaixo do que necessita para cobrir o desgaste do dia de trabalho, o que, a longo prazo, pode reduzir o número total de dias que trabalhará em sua vida. O economista mede o valor do pão economizado, digamos, 2,5 cruzeiros, e dirá: a poupança extraída de 20 trabalhadores, equivale à segunda garrafa de vinho de que se privou o Sr. Furtado. Se o consumo não é uma massa homogênea, como poderá sê-lo a inversão?"⁴

³ Veja discussão em Assman e Hinkelamert,

⁴ FURTADO, 1974, p. 20.

A defesa da flexibilização das leis trabalhistas pelo governo FHC também caracteriza a ideologia neoliberal de sua administração. A flexibilização é entendida como uma atitude modernizadora de leis arcaicas. Mas, na verdade, trata-se de um grande retrocesso no âmbito das conquistas sociais dos trabalhadores. O trabalhador passa manter vínculos empregatícios sem qualquer garantia da legislação. Desta forma, o empregador amplia seu domínio e os trabalhadores ficam à mercê do mercado.

Segundo Francisco de Oliveira, essas conquistas sociais foram tratadas pelo governo Cardoso como elementos de ingovernabilidade, pois o Estado precisa manter os gastos com o social previstos em lei, o que gera um déficit público ainda maior, impossibilitando-o de governar. Por isso a equipe econômica defende a revisão das leis trabalhistas.

Conceição Tavares condenou as propostas do governo FHC de desregulamentação do mercado de trabalho, por não serem o melhor caminho para resolver o desemprego. "Na realidade, seu objetivo não explícito é aumentar a competitividade da economia por uma via mais fácil, ainda que espúria, dado que supõe a degradação das condições de trabalho e remuneração da mão-de-obra"⁵.

Aliás, a autora adverte não houve nenhuma experiência internacional que provasse que a desregulamentação do trabalho leva necessariamente a uma redução do desemprego, ainda mais tendo em vista que ainda hoje há um alto índice de desregulamentação no mercado de trabalho brasileiro, como demonstra o mercado informal. Assim, fica clara a opção pelo caminho inverso, de se regredir nas conquistas sociais obtidas até então.

É inegável que a equipe econômica de Cardoso se baseou numa racionalidade instrumental ao defender os princípios neoliberais, mascarados através de argumentos técnicos, o que prova sua relativa autonomia. Pertencem a uma corrente da Economia, a monetarista neoliberal, que vem predominando nos governos, desqualificando as demais linhas, a estruturalista e a marxista. Estas são classificadas de místicas e populistas.

Deste modo, a economia acaba se confundindo erroneamente com o neoliberalismo, que se apresenta como a única alternativa econômica, quando na verdade, trata-se de uma opção ideológica. As equipes econômicas que idolatram o mercado omitem sua ideologia porque identificam o discurso econômico neoliberal

⁵ TAVARES, 1997, p. 117.

como científico. Por isso, são idólatras do mercado. Instauraram uma nova religião, o que os torna mais irracionais do que imaginam ser.

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo, *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ASSMANN, Hugo; HINKELAMERT, Franz. *A idolatria do Mercado - ensaio sobre Economia e Teologia*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- BACHA, E. O Plano Real: uma avaliação, In: MERCADANTE, Aloízio (org). *O Brasil pós-Real*. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. Entrevista com Edmar Bacha. In: MAKSOUD, Henry (ed.). *Os Mistérios da Inflação*. São Paulo: Visão, 1986.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: *Em Defesa do Interesse Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FIORI, José Luís. Ajuste, Transição e Governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des) Ajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. In Memoriam. In: MERCADANTE, Aloízio (org). *O Brasil pós-Real*. Campinas: Unicamp, 1997.
- FURTADO, Celso. Objetividade e Ilusionismo em Economia. In: _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. O pensamento econômico latino-americano - entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 41, mar. 1995.
- GOMES, Angela de Castro. Novas Elites burocráticas. *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRSCHMAN, A. *A Economia Como Ciência Moral e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *As Paixões e os Interesses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo: In: MICELI, Sérgio (org.). *Histórias das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp, Vertice, Finep, 1989. V. 1.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1987.
- MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo, Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- Motta, Marly Silva. Economistas: intelectuais, burocratas e mágicos. *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. O reino de 20 anos. *Folha de São Paulo*, 13-10-1996, p. 5-9.

- _____. A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 50, mar. 1998.
- PADILHA, Mônica Soares Botelho. *A racionalidade instrumental da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação. São Paulo, PUC, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice - O social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SINGER, P. O Plano Real: continuidade e ruptura In: MERCADANTE, Aloízio (org). *O Brasil pós-Real*. Campinas, Unicamp, 1997.
- TAVARES, Maria da Conceição. A economia política do Real. In: MERCADANTE, Aloízio (org). *O Brasil pós-Real*, Campinas, Unicamp, 1997.
- WEBER, M. Burocracia. In: GERTH, H.; MILLS, C. W. (orgs.). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Artigo recebido em: 26/03/11
Aceito em: 20/06/11